

ESMESC

PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

Edital 068/2023 TJSC

ETAPA 1

Direito Administrativo

01. Assinale a alternativa CORRETA considerando a nova lei de licitações e contratos:

- a) São cláusulas exorbitantes do contrato administrativo aquelas que estabeleçam o objeto, o regime de execução e o preço e condições de pagamento.
- b) A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, competindo ao contratado optar pela modalidade de garantia.
- c) É vedado à Administração Pública modificar os contratos de forma unilateral, considerando o princípio do pacta sunt servanda.
- d) É facultado à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas.
- e) Compete ao contratado, em regime de solidariedade com a Administração Pública, a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

02. Serviço público adequado é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.
- b) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência, independentemente de aviso prévio.
- c) A interrupção do serviço público, mediante prévio aviso, é lícita na hipótese de inadimplemento do usuário, desde que não iniciada na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.
- d) Considerando o princípio da continuidade, é vedado à administração pública proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos.
- e) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

03. Assinale a alternativa INCORRETA considerando o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

ESMESC

- a) A pensão por morte de servidor público federal pode ser concedida ao filho inválido de qualquer idade, desde que a invalidez seja anterior ao óbito.
- b) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração
- c) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990.
- d) É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- e) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

04. O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa ou culposa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada pelas condutas taxativamente previstas em lei.
- b) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- c) Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública.
- d) A ação de para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- e) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

05. Considerando o entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

ESMESC

- b) Em caso de inobservância de seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88, o Estado é responsável pela morte de detento.
- c) nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- d) É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
- e) O Estado responde subjetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

06. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. A esse respeito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São princípios da PNMA o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.
- b) Considera-se poluidor a pessoa física responsável por atividade causadora de degradação ambiental, excluídas as pessoas jurídicas.
- c) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.
- d) A servidão ambiental aplica-se às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- e) Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

07. Considerando a Lei n. 14.133/2021, é hipótese de dispensa de licitação:

- a) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.
- b) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

ESMESC

d) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

e) contratação que tenha por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

08. Considerando o regramento incidente sobre os atos administrativos, é CORRETO afirmar que:

a) vício na competência ou na finalidade importam em nulidade do ato administrativo.

b) está sujeita à delegação a edição de ato de caráter normativo.

c) a presunção de legitimidade do ato administrativo é sinônimo de imperatividade.

d) é permitida, em caráter excepcional, a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior ou não.

e) a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou anula-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

09. Assinale a alternativa INCORRETA considerando o regime jurídico aplicável aos servidores públicos civis regidos pela Lei n. 8.112/90:

a) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

b) Na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus à indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.

c) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

d) A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam se houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação.

e) É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

10. Considerando a disciplina sobre intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Limitação administrativa é toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social.

b) Servidão administrativa consiste em direito real que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse público.

c) É facultado ao Poder Público estadual, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de desapropriação sem pagamento de indenização.

ESMESC

- d) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade produtiva.
- e) A requisição administrativa consiste na utilização de bens imóveis, móveis e de serviços particulares pelo Estado no caso de iminente perigo público.

Direito Constitucional

1. Acerca da natureza jurídica e eficácia das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A eficácia e aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos e garantias individuais atua em dois planos: eficácia vertical (Estado-indivíduo) e horizontal (indivíduo-indivíduo), de maneira a evitar abusos e excessos inconstitucionais tanto na atuação estatal quanto nas relações privadas e sociais.
- b) Considerando que todas as normas constitucionais são dotadas de igual superioridade, não havendo hierarquia entre elas, não se poderá interpretar um direito de modo a esvaziar outro, sendo necessário garantir que a vigência de todos seja respeitada.
- c) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas que podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.
- d) O direito de greve no serviço público está condicionado à regulamentação legal, sendo exemplo de norma constitucional de eficácia plena.
- e) A eficácia horizontal garante sua incidência protetiva no âmbito das relações privadas, vinculando a atuação particular ao respeito aos direitos fundamentais, vedando que em suas relações privadas e sociais, os particulares pratiquem condutas discriminatórias, preconceituosas, racistas, homofóbicas, sob pena de responsabilização civil e criminal.

2. Sobre os direitos fundamentais, é incorreto afirmar que:

- a) Os direitos fundamentais são relativos, havendo, muitas vezes, conflito entre dois ou mais direitos ou garantias fundamentais.
- b) Partindo da ideia de unidade da Constituição, os bens jurídicos constitucionalizados deverão coexistir de forma harmônica na hipótese de eventual conflito ou concorrência entre eles.
- c) Ocorrendo a colisão entre direitos fundamentais, deverão ser analisados os critérios da proporcionalidade, razoabilidade e adequação, para atingir-se o resultado hermenêutico justo e necessário perante o caso concreto.
- d) Os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal são absolutos, inexistindo restrições na Constituição ao seu exercício.
- e) O princípio da igualdade não é absoluto, sendo necessário verificar no caso concreto a situação de discriminação apresentada e a razão do tratamento desigual.

ESMESC

3. Acerca do processo legislativo, é incorreto afirmar que:

- a) Em um Estado constitucional fundado na separação de Poderes, a regra é que o Legislativo desempenhe a função legislativa, isto é, pratique os atos de criação do direito positivo e inovação da ordem jurídica.
- b) As regras básicas do processo legislativo são definidas pela Constituição e sua violação tem como consequência a inconstitucionalidade formal da espécie legislativa que venha a ser afinal promulgada.
- c) O Poder Executivo pode eventualmente desempenhar competências legislativas primárias, em situações de urgência, editando atos com força de lei, como é o caso das medidas provisórias.
- d) Diante da possibilidade constitucional do Executivo editar medidas provisórias, não caberá ao Legislativo deliberar acerca do mérito delas.**
- e) O processo legislativo corresponde ao conjunto de etapas e fases ordenadas que conduz à elaboração das espécies legislativas.

4. Sobre o Poder Judiciário, é incorreto afirmar que:

- a) A independência do Poder Judiciário estadual pressupõe que o processo de provimento dos cargos de desembargador, por acesso dos juízes de carreira, deve ser iniciado e completado no âmbito do próprio Tribunal de Justiça, não admitindo a participação de qualquer dos outros poderes do Estado.
- b) Os magistrados possuem constitucionalmente as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- c) Os advogados e membros do Ministério Público que ingressam nos Tribunais Estaduais ou Federais pelo quinto constitucional adquirem vitaliciedade imediatamente no momento da posse.
- d) Aos juízes é vedado receber homenagens a título honorífico.**
- e) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

5. Sobre os partidos é incorreto afirmar que:

- a) Os partidos políticos possuem liberdade partidária absoluta.**
- b) Os partidos políticos estão proibidos de receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- c) Aos partidos políticos é conferida autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre sua organização e funcionamento.
- d) Os partidos políticos deverão respeitar os direitos fundamentais.
- e) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado, na medida em que a sua constituição se dá de acordo com a lei civil, no caso a Lei de Registros Públicos

6. Acerca dos princípios gerais da atividade econômica, assinale a alternativa incorreta:

- a) A ordem econômica na Constituição Federal optou pelo modelo capitalista de produção, também conhecido como economia de mercado, cujo coração é a livre-iniciativa.

ESMESC

- b) O artigo 170 da Constituição Federal consagrou a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa com objetivo de garantir existência digna, conforme os ditames da justiça social.
- c) Dentre os princípios gerais da atividade econômica, está a proteção do meio ambiente.
- d) O texto constitucional de 1988 autoriza o Estado a intervir no domínio econômico como agente normativo e regulador, com a finalidade de exercer as funções de fiscalização, incentivo e planejamento indicativo ao setor privado, com fiel observância aos princípios constitucionais da ordem econômica.
- e) **É competência exclusiva dos Estados-membros instituir contribuições de intervenção no domínio econômico, cuja natureza jurídica é tributária.**

7. Sobre a organização política e administrativa do Brasil, é incorreto afirmar que:

- a) **A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos com soberania entre si.**
- b) Inexiste em nosso ordenamento jurídico o direito de secessão.
- c) A tentativa de secessão do Estado-membro permitirá a decretação de intervenção federal.
- d) O Estado Federal, pessoa jurídica de Direito Internacional, é formado pelo conjunto de União, Estados-membros, Distrito Federal e municípios.
- e) A autonomia dos Estados-membros caracteriza-se pela denominada tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.

8. Acerca do estatuto dos congressistas é incorreto afirmar que:

- a) As imunidades são garantias funcionais admitidas nas Constituições para o livre desempenho do ofício dos membros do Poder Legislativo.
- b) Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do ofício congressional.
- c) **O parlamentar poderá ser responsabilizado por seus votos, palavras e opiniões praticados no exercício do mandato, depois que tenha cessado o seu mandato.**
- d) Imunidade formal é o instituto que garante ao parlamentar a impossibilidade de ser ou permanecer preso ou, ainda, a possibilidade de sustação do andamento da ação penal por crimes praticados após a diplomação.
- e) A votação nominal no julgamento de condutas dos agentes políticos é condizente com os princípios democráticos.

9. Assinale a alternativa que *não corresponde à Súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.*

- a) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.
- b) São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

ESMESC

- c) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- d) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.
- e) **Aplica-se a teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.**

10. Sobre o poder fiscalizatório do Poder Legislativo é incorreto afirmar que:

- a) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- b) Em defesa ao direito das minorias parlamentares, decidiu o Supremo Tribunal Federal que, preenchidos os requisitos constitucionais, existe direito público subjetivo às minorias legislativas de ver instaurado o inquérito parlamentar.
- c) A Constituição Federal autoriza a criação de comissões parlamentares de inquérito, que terão os mesmos poderes instrutórios que os magistrados possuem durante a instrução processual penal, inclusive com a possibilidade de invasão das liberdades públicas, dentro dos mesmos limites constitucionais.
- d) **O poder do Congresso Nacional de realizar investigações é ilimitado, podendo ser objeto de investigação todos os assuntos que estejam na competência legislativa ou fiscalizatória do Congresso.**
- e) Não poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito decretar quaisquer hipóteses de prisão, salvo as prisões em flagrante delito.

Direito Civil

1. Marcos, 56 anos, empresário, casado, possui 2 (dois) filhos menores. Em viagem de férias para a Bahia, desapareceu sem deixar vestígios. A realização das buscas e averiguações iniciais para localizá-lo não lograram êxito e a família precisa tomar providências relativamente ao seu patrimônio. Nesse caso, é correto afirmar:

- a) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória de Marcos só produzirá efeito cento e vinte dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se ele fosse falecido.
- b) O juiz, apenas a requerimento da família declarará a ausência de Marcos, e nomear-lhe-á curador.
- c) Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, com prestação de garantia, entrar na posse dos bens de Marcos.
- d) **O juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência de Marcos, e nomear-lhe-á curador.**
- e) Se Marcos aparecer, ou se lhe provar a existência, depois de estabelecida a posse provisória, cessarão para logo as vantagens dos sucessores nela imitados e não ficam obrigados a tomar medidas assecuratórias até a entrega de seus bens.

ESMESC

2. Joana e Paulo estão namorando há três anos. Agora, estão pensando em se casar pelo regime da comunhão parcial de bens. Adotando o casal esse regime, é correto afirmar:

a) Excluem-se da comunhão os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, mas não os sub-rogados em seu lugar.

b) Entram na comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.

c) São comunicáveis os bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento.

d) A administração do patrimônio comum compete aquele cuja titularidade o bem estiver.

e) A anuência de ambos os cônjuges é desnecessária para os atos, a título gratuito, que impliquem cessão do uso ou gozo dos bens comuns.

3. João emprestou uma casa para que Joaquim e Diana, que são casados e passam por dificuldades, pudessem ali residir. De acordo com o Código Civil:

a) Joaquim e Diana jamais poderão recobrar de João as despesas feitas com o uso e gozo da casa emprestada.

b) Joaquim e Diana poderão recobrar de João as despesas feitas com o uso e gozo da casa emprestada.

c) Joaquim e Diana poderão recobrar de João as despesas feitas com o uso e gozo da casa emprestada, desde que permaneçam casados.

d) A obrigação de Joaquim e Diana perante João é facultativa.

e) A obrigação de Joaquim e Diana perante João é alternativa com faculdade de substituição.

4. Paulo, menor impúbere, perdeu os genitores em um grave acidente de carro. Agora, é necessário que seja nomeado um tutor para que reja sua vida e seus bens. Em conformidade com o Código Civil:

a) Quem não for parente de Paulo não poderá ser obrigado a aceitar a tutela, se houver no lugar parente idôneo, consanguíneo ou afim, em condições de exercê-la.

b) Poderão escusar-se da tutela aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de cinco filhos.

c) Poderão escusar-se da tutela os militares em serviço e aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de cinco filhos.

d) Incumbe ao tutor, sob a inspeção do promotor, administrar os bens do tutelado, em proveito deste, cumprindo seus deveres com zelo e boa-fé.

e) Ainda com a autorização judicial, não poderá o tutor, sob pena de inexistência do negócio, adquirir por si, ou por interposta pessoa, mediante contrato particular, bens móveis ou imóveis pertencentes à Paulo.

5. Pedro, 50 anos, é plenamente capaz mas perdeu a visão em um acidente de carro. A fim de organizar sua sucessão e evitar que seus filhos, Adriano e Caio, venham a se desentender após a sua morte, pretende realizar seu testamento. Em conformidade com a legislação pertinente:

a) Embora o testamento seja ato personalíssimo, poderá Pedro mudá-lo apenas uma única vez.

b) Pedro poderá realizar seu testamento da forma pública, cerrada ou particular.

ESMESC

c) Pedro só poderá realizar testamento das formas pública ou cerrada, que lhe será lido, em voz alta, duas vezes, uma pelo tabelião ou por seu substituto legal, e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.

d) **A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens deixados no testamento por Pedro, implicará impenhorabilidade e incomunicabilidade.**

e) O testamento de Pedro poderá ser escrito em língua nacional ou estrangeira, pelo próprio, ou por outrem, a seu rogo.

6. A praça, a prefeitura e as terras devolutas são, respectivamente:

a) **Bem de uso comum do povo, bem de uso especial e bem dominical.**

b) Bem de uso especial, bem dominical e bem de uso comum.

c) Bem dominical, bem de uso comum e bem de uso especial.

d) Bem de uso comum do povo, bem dominical e bem de uso especial.

e) Bem de uso especial, bem de uso comum e bem dominical.

7. Sobre a aplicação da regra do abuso do direito prevista no Código Civil, assinale a alternativa correta:

a) **O dano não é pressuposto para o reconhecimento do comportamento abusivo.**

b) A análise para o reconhecimento do abuso do direito passa pela intenção do titular do direito em prejudicar outrem.

c) Constituem-se limites ao exercício de direitos a boa-fé subjetiva, os bons costumes e a finalidade econômica e social dos direitos.

d) O abuso do direito foi equiparado a ato ilícito e, em caso de dano, há que se cogitar da responsabilidade civil subjetiva.

e) O reconhecimento do abuso do direito só pode ser requerido pela parte interessada.

8. Marcelo manteve relacionamento extraconjugal com Joana e do relacionamento nasceu João, que foi reconhecido por Marcelo quando tinha um ano. Muito embora tenha cumprido suas obrigações pecuniárias, Marcelo não manteve contato regular com o filho, que atualmente possui 23 anos e sequer conhece a meia-irmã, fruto do casamento do pai com Maria. Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

a) O reconhecimento efetuado por Marcelo pode ser revogado tendo em vista a não convivência entre pai e filho.

b) De acordo com o Código Civil, é possível a João repudiar o reconhecimento de paternidade efetuado por Marcelo desde que apresente justificativa razoável para tal.

c) **É direito potestativo de João, em até quatro anos da maioridade ou emancipação, afastar o reconhecimento da paternidade efetuado por Marcelo.**

d) De acordo com o STJ, João pode intentar ação de responsabilidade civil por abandono afetivo contra Marcelo, tendo em vista a conduta omissiva do pai relativamente aos deveres de cuidado e proteção inerentes ao Poder Familiar e por ele negligenciados.

e) É possível anular o reconhecimento de paternidade, tendo em vista a existência de erro no ato praticado por Marcelo.

ESMESC

9. Thiago trabalha como eletricitista durante a semana e, aos finais de semana, faz corridas como "Uber". A fim de diminuir custos, converte o sistema de combustível de seu carro para gás natural. Esse equipamento de conversão de veículo para combustível de gás natural insere-se no conceito de:

- a) Produto.
- b) Acesso.
- c) **Pertença.**
- d) Percepção.
- e) Benfeitoria.

10. De acordo com o Código Civil, a pretensão para buscar a reparação civil prescreve em:

- a) 20 anos.
- b) 05 anos.
- c) **03 anos.**
- d) 10 anos.
- e) 02 anos

Direito Penal

1. Acerca do fato típico, assinale a alternativa incorreta:

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei;
- b) A coação física irresistível exclui a conduta e, por consequência, o fato típico;
- c) O agente que atea fogo em uma residência tem o dever de agir para salvar as pessoas que lá dentro se encontram;
- d) **De acordo com a teoria causalista da conduta, o dolo e a culpa fazem parte do fato típico;**
- e) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

2. Sobre as excludentes de ilicitude e culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Exclui a ilicitude do delito a inexigibilidade de conduta diversa;
- b) Para que seja excluída a culpabilidade, a coação pode ser resistível;
- c) A doutrina não admite excludentes supralegais de ilicitude e culpabilidade;
- d) A culpabilidade é excluída independentemente se a ordem é manifestamente ilegal ou não;
- e) **Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.**

3. Assinale a alternativa correta acerca da dosimetria da pena:

- a) A exasperação da pena em razão da continuidade delitiva ocorre na terceira fase da dosimetria;

ESMESC

- b) Não se admite a negatificação pelos maus antecedentes se já ultrapassado o período depurador de 5 anos da reincidência;
- c) A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais infrações;
- d) É incabível a compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, se esta for específica;
- e) Caso o acusado ostente mais de uma condenação apta a configurar reincidência, uma delas pode ser migrada para a primeira fase a título de conduta social ou personalidade do agente.

4. Analise os itens abaixo no tocante ao concurso de crimes e assinale a alternativa correta:

- a) No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente;
- b) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para fins de reconhecimento da continuidade delitiva, não se considera que os crimes foram cometidos nas mesmas condições de tempo se o intervalo entre um delito e outro é superior a 30 dias.
- c) Quando o agente, na mesma ação, pratica grave ameaça contra duas pessoas e subtrai dois patrimônios, aplica-se o concurso material de crimes;
- d) Enquanto que no concurso formal próprio as penas são somadas, no impróprio há exasperação da pena mais alta ou, se idênticas, de um dos crimes;
- e) No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e detenção, executa-se primeiro a de detenção.

5. Acerca do crime de homicídio, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de homicídio doloso, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.;
- b) Configura *bis in idem* o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- c) O homicídio cometido mediante o uso de arma de fogo de uso restrito é qualificado;
- d) Para fins de dosimetria da pena, é irrelevante se o crime de feminicídio foi praticado nos 3 meses posteriores ao parto;
- e) Se o agente comete o crime impelido sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a uma justa provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

6. Sobre os crimes contra a honra, analise as proposições assinale a alternativa correta:

- I. Enquanto que a calúnia e a difamação atacam a honra subjetiva, a injúria afeta a honra objetiva;
 - II. O crime de injúria racial é considerado espécie do gênero racismo, de forma que é imprescritível;
 - III. É possível o oferecimento de exceção da verdade nos crimes de calúnia e difamação;
 - IV. O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena;
- a) I e III são incorretas;
 - b) II e III são corretas;

ESMESC

- c) I e IV são corretas;
- d) II, III e IV são corretas;
- e) Todas estão corretas;

7. Acerca dos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível punir o peculato culposo;
- b) Configura o crime de corrupção passiva o agente que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;
- c) O jurado não é considerado funcionário público para fins penais;
- d) Pratica o delito de coação no curso do processo quem usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra testemunha em processo administrativo;
- e) O preso que, sem violência ou grave ameaça à pessoa, fugir de estabelecimento prisional comete crime contra a administração da justiça.

8. Assinale a alternativa que não contém entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- a) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes não exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.
- b) O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente;
- c) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei nº 11.343/2006) configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras;
- d) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.
- e) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

9. Quanto aos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) É irrelevante, para fins de dosimetria da pena, se autor de crime de trânsito utiliza o veículo sem placas, com placas falsas ou adulterada;
- b) O crime de dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir é de perigo abstrato;
- c) O Supremo Tribunal Federal entende que é inconstitucional o crime previsto no art. 305 do CTB ("Afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída"), pois terminaria por impor ao motorista a obrigação de colaborar com a produção de provas contra si, o que ofenderia os princípios constitucionais da ampla defesa e da não autoincriminação;
- d) Constitui crime a conduta de permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa que não seja habilitada, ou que se encontre em qualquer das situações previstas no art. 310 do CTB, independentemente da ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na condução do veículo;

ESMESC

e) É inadmissível o uso de prova testemunhal para aferir a embriaguez do agente nos crimes de trânsito.

10. Acerca da Lei de Organização Criminosa, assinale a alternativa incorreta:

- a) **Considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.**
- b) As penas do crime de integrar organização criminosa aumentam-se até a metade se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo;
- c) Não é punível, no âmbito da infiltração, a prática de crime pelo agente infiltrado no curso da investigação, quando inexigível conduta diversa;
- d) As lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição deverão iniciar o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima;
- e) A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena.

Direito Processual Civil

1. A secretaria do tribunal recebe o recurso extraordinário e, após apresentadas as contrarrazões, o presidente do tribunal nega seguimento ao recurso sob o fundamento de que o acórdão recorrido está em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) **dessa decisão da presidência caberá agravo interno.**
- b) dessa decisão da presidência caberá agravo de instrumento.
- c) dessa decisão da presidência caberá agravo.
- d) dessa decisão da presidência caberá embargos.
- e) dessa decisão da presidência caberá mandado de segurança.

2. Sobre o recurso de apelação, assinale a alternativa correta.

- a) **somente terá efeito devolutivo quando impugnar sentença que extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado.**
- b) as decisões interlocutórias, fora do rol legal de cabimento do agravo de instrumento, deverão ser aventadas em preliminar de recurso, sem que ao recorrido caiba o mesmo direito.
- c) o juízo de primeiro grau, ao receber o recurso de apelação, somente poderá se retratar quando a sentença impugnada não resolver o mérito da demanda.
- d) sempre que reformar uma sentença de primeiro grau que não tenha resolvido o mérito da demanda o tribunal deverá, na apelação, proferir acórdão que o resolva.

ESMESC

e) O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória não é impugnável na apelação.

3. Em um processo de execução extrajudicial, cuja obrigação constitui em entregar coisa certa, o magistrado expede o mandado de citação determinando ao executado que entregue a coisa no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R\$200,00 (duzentos reais). Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta:

a) esgotado o prazo para o cumprimento da obrigação principal, a multa será exigível e poderá ser objeto de execução imediata.

b) esgotado o prazo para o cumprimento da obrigação principal, o exequente somente poderá executar a multa após a prolação de sentença de mérito favorável no processo.

c) esgotado o prazo para o cumprimento da obrigação principal, o exequente somente poderá executar a multa na modalidade provisória.

d) esgotado o prazo para o cumprimento da obrigação principal, a multa somente poderá ser executada no final do processo.

e) a multa é de caráter punitivo e, portanto, integra o crédito exequendo, podendo ser executada nos mesmos autos da execução da obrigação principal.

4. Sobre a ação monitória, assinale a alternativa correta:

a) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cédula.

b) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cédula.

c) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é trienal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.

d) É incabível ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.

e) É incabível o pedido de parcelamento da dívida, previsto na lei processual para a execução do título extrajudicial.

5. Fulano tem 17 anos, e possui conta corrente conjunta com sua mãe Beltrana, junto ao Banco Grana S.A., à qual estão vinculados cartão de crédito e cheque especial. Fulano emite um cheque sem fundos, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) nominal a Tibério. Tibério deixa o cheque prescrever, pois passados seis meses da emissão, mas deseja receber o crédito. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta:

a) Tibério poderá ajuizar ação de cobrança, pelo procedimento comum, e indicar Fulano e Beltrana no polo passivo.

b) Tibério poderá ajuizar ação de cobrança, no Juizado Especial Cível, e indicar Fulano e Beltrana no polo passivo.

ESMESC

- c) Tibério poderá ajuizar ação monitória, no Juizado Especial Cível, e indicar Fulano e Beltrana no polo passivo.
- d) Tibério poderá ajuizar ação de monitória, no juízo comum, e indicar Fulano e Beltrana no polo passivo.
- e) por estar prescrita, a dívida não poderá mais ser cobrada judicialmente e nem extrajudicialmente.

6. Sobre o procedimento do inventário, assinale a alternativa correta:

- a) o credor de dívida líquida e certa do espólio, ainda não vencida, pode requerer a habilitação no inventário.
- b) o credor de dívida líquida e certa do herdeiro, ainda não vencida, poderá requerer a habilitação no inventário.
- c) não é lícito ao inventariante indicar bens do espólio à penhora, no processo em que o espólio for executado.
- d) se um dos interessados for nascituro, o quinhão que lhe cabe deverá ser entregue, de imediato, à sua gestante.
- e) a Fazenda Pública deverá, no processo, ser necessariamente citada.

7. Sobre os procedimentos especiais de jurisdição voluntária, assinale a alternativa correta:

- a) a Fazenda Pública será sempre ouvida nos casos em que tiver interesse.
- b) por não haver contencioso, não haverá polo passivo.
- c) a jurisdição não poderá ser de direito, mas, somente, de equidade.
- d) a homologação de autocomposição extrajudicial não será admitida por ausência de interesse processual.
- e) é aplicável à homologação do penhor legal.

08. Os princípios da boa-fé, da lealdade processual e da colaboração dos sujeitos do processo permeia toda a relação processual. Considerando este enunciado, assinale a alternativa correta para o processo civil:

- a) quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.
- b) a fraude à execução é causa para aplicação da multa por litigância de má-fé.
- c) de ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser de, no mínimo, um por cento e, no máximo, dez por cento do valor corrigido da causa.
- d) aquele que litigar de má-fé responde mediante pagamento de multa, mas não de perdas e danos.
- e) a parte que depõe em juízo poderá alterar a verdade dos fatos sem que isso lhe traga consequências processuais, mas a testemunha, não.

9. Sobre o saneamento no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) se o saneamento for realizado em audiência de cooperação, o rol de testemunhas deverá ser apresentado na audiência, sob pena de preclusão.
- b) se o saneamento for realizado em audiência de cooperação, o rol de testemunhas deverá ser apresentado no prazo de até 15 dias, a contar do término da audiência, sob pena de preclusão.
- c) se o saneamento for realizado em gabinete pelo juízo, as partes deverão agravar da decisão, caso queiram ajustes ou esclarecimentos.

ESMESC

- d) na audiência de saneamento as testemunhas serão ouvidas em número não superior a 10 (dez).
- e) o saneamento é o momento em que o juiz faz a redistribuição do ônus da prova.

10. Sobre a prova no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) em incidente de exibição de documento ou coisa instaurado contra terceiro, este será citado para responder em 15 (quinze) dias.
- b) o destinatário da prova será sempre, e necessariamente, o juiz da causa.
- c) a ação de revogação da confissão por vício do consentimento é personalíssima e intransmissível.
- d) a forma impressa de mensagem eletrônica não pode ser admitida no processo civil por ausência de previsão legal.
- e) toda prova pericial deve ser submetida aos quesitos formulados pelas partes, sob pena de nulidade, não sendo admitida prova técnica simplificada.

Direito Processual Penal

1. No que se refere ao tema da ação penal, é correto afirmar que:

- a) O exercício da ação penal pelo crime de estelionato, em qualquer caso, não depende de representação do ofendido.
- b) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, cabendo ao Ministério Público velar pela sua divisibilidade.
- c) Não será cabível ação penal privada subsidiária da pública pelo ofendido quando o órgão de execução do Ministério Público promover o arquivamento do inquérito policial.
- d) Nos casos em que a lei exigir a representação do ofendido nos crimes processados por ação penal pública, a vítima poderá retratar-se da representação depois da condenação transitada em julgado.
- e) Todos os crimes contra a honra estão submetidos ao regime da ação penal privada, salvo quando praticados em desfavor do presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro, ocasião na qual se processam mediante ação penal pública, após requisição do ministro da Justiça.

2. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. O Princípio traduzido por esta afirmativa é o da:

- a) Ampla defesa.
- b) Contraditório.
- c) Presunção de inocência.
- d) Paridade de armas.
- e) Plenitude de defesa.

3. Das hipóteses de incidentes abaixo, assinale aquela que é encaminhada ao tribunal para decisão independente de recurso:

ESMESC

a) Incidente de suspeição de juiz singular.

b) Incidente de incompetência do juízo.

c) Incidente de litispendência.

d) Incidente de ilegitimidade.

e) Incidente de coisa julgada.

4. O prazo para o ajuizamento da queixa-crime, peça inaugural nos crimes de ação penal privada, em que o próprio ofendido, ou quem tiver qualidade para representá-lo, faz uma exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, é:

a) De seis meses, iniciando a fluência desse prazo no dia seguinte ao dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.

b) De dois meses, iniciando a fluência desse prazo no dia seguinte ao dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.

c) De seis meses, iniciando a fluência desse prazo no dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.

d) De dois meses, iniciando a fluência desse prazo no dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.

e) Enquanto não estiver prescrito o crime praticado.

5. Em decorrência do aumento do número de furtos em determinado bairro da cidade, policiais da região, percebendo que os crimes ocorriam no período noturno, dificultando a prisão do agente, decidiram colocar-se de plantão em uma das ruas mais desertas. Permaneceram a noite toda dentro de uma casa, escondidos, apenas observando o movimento na rua. Após algum tempo, perceberam a chegada de dois homens, que, juntos, quebraram a janela de um veículo para abrir a porta e, enquanto tentavam realizar a "ligação direta", foram abordados pelos policiais, que efetuaram a prisão em flagrante. Sabendo que não houve qualquer influência dos policiais na conduta dos agentes, assinale a resposta correta:

a) Trata-se de flagrante forjado, logo, considerado ilícito.

b) Trata-se de flagrante preparado e, portanto, ilegal, com base na súmula 145 do STF.

c) Trata-se de flagrante esperado e, portanto, considerado legal.

d) Na ocasião, os agentes não se encontravam ainda em estado flagrancial, uma vez que os sujeitos não tinham ainda efetuado a subtração do veículo.

e) Trata-se de flagrante impróprio e, portanto, considerado ilegal.

6. Será cabível decretação de prisão preventiva, dentre outros requisitos:

a) Para garantir a aplicação da lei civil.

b) Ainda que não haja prova da existência do crime.

c) Quando não houver perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

d) Quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

ESMESC

e) De ofício pelo juiz, em qualquer fase da investigação policial.

7. De Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de quinze dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial.

b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo local que a vítima escolher.

c) Dentre as diligências realizada pela autoridade policial o exame do corpo de delito é obrigatório em todas as circunstâncias.

d) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de seu representante.

e) Nenhuma das alternativas estão corretas.

8. Qual o prazo para a Autoridade Policial concluir o inquérito policial de indiciado solto, conforme artigo 10 do CPP:

a) 10 (dez) dias.

b) 2 (dois) dias.

c) 30 (trinta) dias.

d) 20 (vinte) dias.

e) 100 (cem) dias.

09. Sobre prisões no processo penal, assinale a alternativa correta:

a) A prisão em flagrante ocorre após a sentença penal condenatória para cumprimento de pena.

b) A prisão preventiva é espécie de cautelar patrimonial.

c) A prisão temporária pode ter como fundamento a condição financeira do investigado.

d) A prisão em flagrante é uma medida de autodefesa da sociedade, caracterizada pela privação da liberdade de locomoção daquele que é surpreendido em situação de flagrância, a ser executada, independentemente de prévia autorização judicial.

e) A prisão temporária não pode passar de 120 dias.

10. A Busca e Apreensão é um incidente processual, ela pode ser pessoal ou domiciliar, com relação à Busca e Apreensão pessoal em mulher, é correto afirmar:

a) Só pode ser feita pelo juiz.

b) Só pode ser feita pelo Ministério Público.

c) Deve ser feita obrigatoriamente na presença do Defensor Público.

d) Será feita preferencialmente por outra mulher.

e) Só pode ser feita por Delegado de Polícia.

ESMESC

Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina

Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis-SC, 88034-570, (48) 3231-3045

www.esmesc.com.br